

## O VINTÊNIO 1872-1892: MARCOS SIMBÓLICOS DO INÍCIO E DO FIM

reza judicial, sobrepondo-se ao ofício da promotoria pública, fase que durou até 1871.

Polícia e Justiça voltaram a ser entes separados desde 1872, ficando vedadas às autoridades policiais a formação da culpa e a pronúncia dos delinquentes; foi instituído o inquérito policial, sob o comando de chefes, delegados e subdelegados de polícia; criou-se a figura do adjunto de promotor e foi conferido poder ao juiz de direito para indicar nomes de candidatos à respectiva nomeação pelo presidente da província (podendo o magistrado persistir, como já lhe era permitido, nomeando promotor público interino e promotor *ad-hoc* – consolidação de uma prática que somente seria extirpada do ordenamento jurídico nacional no final do século XX).

Os ofícios transcritos, rico manancial de informações e dados necessários para entender as relações sociais no Maranhão do final do século XIX, compreendem desde meros comunicados atinentes à vida funcional e à atuação oficial do remetente até o relato de importantes fatos locais, alguns consequentes a grandes acontecimentos nacionais, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, passando pela abordagem de situações cotidianas da comarca, sem excluir crimes que marcaram época, como o Caso Pontes Visguelo (1873).

São momentos cruciais na história do Brasil e importantes para a história do Ministério Público, notadamente pela maneira como então se portaram os promotores públicos.

A Procuradoria Geral de Justiça e a Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual* sentem-se honradas e felizes no momento em que dão à publicidade o resultado da última etapa de transcrição da referida documentação.



**1873 (07.09). Inauguração do monumento, no Largo dos Remédios, em homenagem a Gonçalves Dias,**<sup>1</sup> “um desses eleitos, com quem Deus reparte maior porção do fogo etéreo, para distingui-los do vulgo. Estes privilegiados não se fazem, já nascem feitos. Quer o queiram, quer não, eles hão de cumprir o seu glorioso destino, e a imortalidade que lhes assegura a admiração das turbas é uma consequência necessária da sua missão divina”. (**Frederico José Correa** em discurso na inauguração da estátua. LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon Maranhense*. 2 ed. t. 2. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. p. 254)

<sup>1</sup> LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon Maranhense*. 2 ed. t. 2. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. p. 168.

<sup>2</sup> ABRANCHES, Dunshee de. *O Cativoiro*. 2 ed. São Luís: AML/Alumar, 1992. p. V.

**1889 (25.11). Destruição insana do Pelourinho do Largo do Carmo,**<sup>2</sup> que, inaugurado em 1815 e “derrocado do seu pedestal e quebrado em parte a olho de machado e a malho pelo populacho incitado por Paula Duarte numa das carraspanas com que se excitava à força de conhaque para produzir no júri ou nos comícios os seus mais eletrizantes discursos, ficou irremediavelmente inutilizado e para sempre se perdeu qualquer noção do lugar onde os seus mutiladores teriam lançado os destroços”. (**Antônio Lopes da Cunha**. *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. 2 ed. São Paulo: Siciliano, 2002. p. 198)

v.2 t.17

Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão  
Programa Memória Institucional do Ministério Público Estadual  
Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá

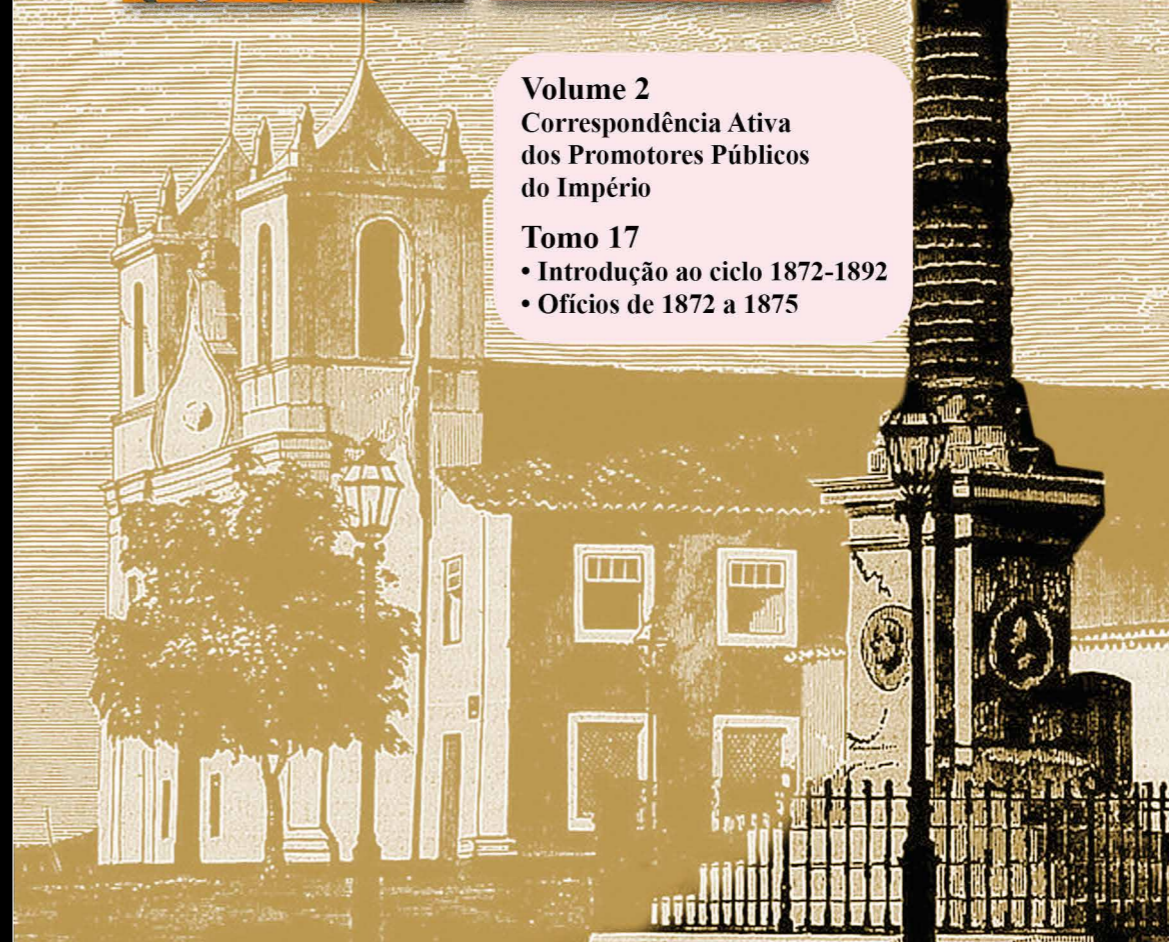
## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Fontes para sua História



**Volume 2**  
**Correspondência Ativa**  
**dos Promotores Públicos**  
**do Império**

**Tomo 17**  
• Introdução ao ciclo 1872-1892  
• Ofícios de 1872 a 1875

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Fontes para sua História



O volume 2 da série *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*, intitulado *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, completa-se, agora, com a publicação dos seus tomos 17 a 24, chegando, assim, ao final a publicação da transcrição do conjunto dos ofícios dos promotores públicos do Maranhão para os presidentes da Província e os primeiros governos republicanos, de 1831 a 1892, tais como existentes no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

A série foi uma publicação do Plano Editorial Promotor Público Felipe Franco de Sá, uma das manifestações do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, criado em 2004 mediante resolução do Colégio de Procuradores de Justiça.

O tomo 1 do volume 2 da série, publicado naquele ano, abrange o período de 1831 a 1841, primeiro ciclo da história do Ministério Público brasileiro, quando os promotores eram escolhidos sob a condução decisiva das câmaras municipais.

Do tomo 2 ao tomo 16, publicados entre 2008 e 2010, o período compreendido foi o de 1842 a 1871, correspondente ao ciclo da história ministerial em que os promotores públicos passaram a ser escolhidos, exclusivamente, pelos presidentes das províncias, dentre bacharéis em Direito, para exercício como titulares, ou, interinamente, pelos juizes de direito.

Os tomos 17 a 24, ora publicados, contêm a transcrição dos 1.619 ofícios, e seus respectivos anexos, enviados pelos promotores públicos do Maranhão aos governantes do período de 1872 a 1892, subsequente ao reacionarismo representado pela reforma processual criminal de 1841-1842, gerando a hipertrofia do aparelho policial, cujas autoridades detinham atribuições de natu-

A MODA DA ÉPOCA\*



LEMBRANÇAS CONCRETAS DA DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XIX EM SÃO LUÍS-MA



Tesouro Público Estadual, inaugurado em 1873, em foto dos anos 1890;<sup>1</sup> hoje, Casa do Maranhão, em foto de 2018\*



Estátua de Gonçalves Dias, inaugurada em 1873, em gravura da época;<sup>2</sup> e em foto de 2019\*



Escola Pública de Primeiras Letras do sexo masculino, inaugurada em 1874; depois, sucessivamente, Escola Bequimão e Biblioteca Pública do Estado; e, desde 1950, Academia Maranhense de Letras<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Foto extraída de TEIXEIRA, Gaspar & Irmãos. **Maranhão Ilustrado**. Álbum. São Luís: Tipografia da Alfaiataria Teixeira, 1899. p. 90.

<sup>2</sup> **O Novo Mundo** – *Periodico illustrado do progresso da edade*. New York, USA, 23.05.1874. p. 140.

<sup>3</sup> Fotos extraídas de ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Livro do Centenário, 1908-2008**. São Luís: Edições AML, 2009. p. 8-9.

\*Foto de Merval de Jesus Gonçalves Filho

LEMBRANÇAS CONCRETAS DO PERÍODO 1872-1892 EM SÃO LUÍS-MA



Sobrados do Desembargador Pontes Visgueiro e da Baronesa de Grajaú, ambos na Rua de São João (em mau estado de conservação), onde foram assassinados por eles, respectivamente, a jovem Mariquinhas (1873) e o escravidão Inocêncio (1876). Fotos de 2019\*



Pelourinho do Largo do Carmo, destruído em 1889 pela multidão comandada pelo advogado Francisco de Paula Belfort Duarte, que fora antagonista de Celso Magalhães e então era membro da Junta Governativa do Maranhão após a Proclamação da República. Gravura publicada em 1941\*\*

Sobrado onde morava Celso Magalhães quando faleceu, em 1879 (ora arruinando-se, desocupado), na Rua das Hortas, em foto de 2019\*

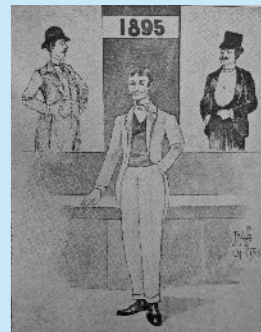
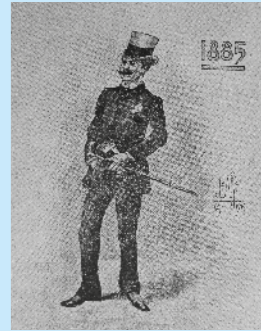


Monumento à memória de Bequimão, erigido em 1912, que se apoia sobre o pedestal remanescente do pelourinho, em foto de 2019\*

\* De Merval de Jesus Gonçalves Filho

\*\* ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativo**. 2 ed. São Luís: AML/Alumar, 1992. p. V.

A MODA DA ÉPOCA\*



\*NASCIMENTO, João Affonso do. **Três séculos de modas: 1616-1916**. 3 ed. São Luís: Instituto Geia, 2014. p. 131-138 e 170.